

IMAGINAÇÃO E INCOMPATIBILIDADE DUALISTA

MATHEUS GOMES REIS **PINTO***

RESUMO: Proponho neste trabalho apresentar uma possível incompatibilidade advinda do conceito de imaginação e da concepção dualista de ser humano nas Meditações Metafísicas de Descartes. A imaginação, assim como os sentimentos e emoções, por possuírem um aspecto peculiar de se relacionarem tanto com o intelecto do sujeito, quanto com o mundo sensível, parecem ir contra uma concepção de natureza humana dualista. Meu objetivo restringe-se, portanto, em apresentar a questão mente-corpo tal como suscitada em uma de suas diversas ocorrências nas Meditações, de modo a deixar em aberto um possível caminho que futuramente possa ser investigado com mais rigor.

PALAVRAS-CHAVE: Descartes; Imaginação; Dualismo; Incompatibilidade;

ABSTRACT: I propose in this work to present a possible incompatibility from the concept of imagination and the dualistic conception of human being in the Meditations on First Philosophy by Descartes. Imagination, as well as feelings and emotions, by the fact they have a peculiar aspect of relating to both the subject's intellect and the sensible world, seem to go against a conception of dualistic human nature. My goal is, therefore, so only to present the mind-body problem as rose in one of its various occurrences in the Meditations, so as to leave open a possible path that can be further investigated in the future.

KEY-WORDS: Descartes; Imagination; Dualism; Incompatibility;

* Graduando em Bacharelado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

INTRODUÇÃO

René Descartes na primeira meditação apresenta uma série de hipóteses metódicas (a dúvida dos sentidos, o argumento dos sonhos, e do Deus enganador ou gênio maligno) que conduzem à primeira formulação do argumento do *cogito* na segunda meditação (§ 4). A conquista de uma certeza tal como a do *cogito*, que assegura uma base firme para a construção de toda uma teoria do conhecimento, faz com que pela primeira vez na história da filosofia seja estabelecida uma ruptura entre o sujeito pensante e o mundo exterior sob fundamentos de um princípio com *conteúdo*. Ou seja, o *cogito* é um princípio que se difere daqueles meramente formais, como o princípio de não-contradição, na medida em que não depende unicamente de sua estrutura lógica, mas também de um sujeito que realize um ato racional qualquer, seja este pensando, duvidando, imaginando etc.¹ Descartes enfatiza que, no entanto, das capacidades do ser humano, a imaginação, bem como as emoções e as sensações, são faculdades que articulam tanto elementos da parte intelectual, como da sensitiva do sujeito, causando um breve desconforto quando nos questionamos sobre o que de fato conhecemos quando imaginamos, e quais os limites desse conhecimento, ou até que ponto ele nos é confiável.

Esse aspecto híbrido da imaginação que estabelece uma aparente união entre substâncias pensantes e extensas (*res cogitans* e *res extensa*), por sua vez, parece ir contra a concepção cartesiana do ser humano, concepção essa, manifestamente formulada na segunda e sexta meditação sob forma de um *dualismo*. Segundo essa teoria, mente e corpo são substâncias completas, distintas e excludentes, e ainda que o ser humano venha a ser concebido enquanto unidade composta entre os dois tipos de substância, a imaginação parece não se adequar a esse modelo. O esforço com o qual me ocupo é, portanto, o de salientar esse possível impasse interno das *Meditações*², que ocorre devido à natureza conflitante entre duas espécies distintas de substâncias. Para tanto, desenvolvo uma análise das seguintes questões: segundo

Descartes, de que maneira ocorre a cognição nos seres humanos, isto é, ‘*como conhecemos?*’, e *em que sentido a faculdade da imaginação nos proporciona conhecimento*, para em seguida introduzir a *concepção dualista* do ser humano, na tentativa de evidenciar uma possível contradição no modo como nossas faculdades operam.

CONHECIMENTO

A primeira questão analisada diz respeito à natureza do conhecimento humano, se conhecemos o mundo através do intelecto ou dos sentidos, tem uma de suas formulações ao final da segunda meditação (§§10-18) com o caso do pedaço de cera. Descrevendo de maneira sintética, Descartes conduz este experimento mental propondo um pedaço de cera que, ao ser submetido a uma fonte de calor, perde todas suas propriedades sensíveis anteriores (consistência, aroma, forma, cor etc.), tornando-se uma “outra coisa”, que, no entanto, ninguém duvidaria se tratar ainda de um pedaço de cera, e inclusive do mesmo. Descartes, no parágrafo 12, diz que o que permanece na cera após todas as modificações sofridas é o seu *ser extenso*, flexível e mutável, essencial e não perceptível em si, que depende da nossa inteligência para ser conhecido. Embora o caso do pedaço de cera represente apenas parte da epistemologia cartesiana, a confirmação da doutrina de que *a mente conhece melhor que o corpo*, o sistema cartesiano para descrever a cognição humana se estende por todas as *Meditações*, não sendo possível analisar suas diversas enunciações e conceitos. Porém, a síntese da teoria tal como abordada com suas primeiras conclusões, na segunda meditação, encontra-se em uma nota do próprio autor ao parágrafo 16 da mesma seção:

Confirma-se, pois, amparado nas análises anteriores, o que afirmado pelo título da Meditação: o espírito “é mais fácil de conhecer do que o corpo”. Não está em questão a existência da cera, pois ainda não sei se existem coisas materiais; porém, se existissem, certamente para percebê-las seria necessário que eu existisse. Na ordem do conhe-

cimento, a afirmação eu existo precede a afirmação eu vejo, antes de afirmar a existência de qualquer outra coisa, cabe afirmar minha própria existência. (Nota do §16, segunda Meditação)

Um empirista certamente diria que o princípio da maior parte do nosso conhecimento origina-se do contato sensível com os objetos do mundo; Descartes, no entanto, pretende mostrar que conhecemos inicialmente as coisas no mundo segundo uma faculdade intelectual, e não sensível, que ocorre segundo a pura concepção das coisas, no próprio sentido de *ideia*. A argumentação desenvolvida nos mostra que a intelecção precede logicamente a experiência dos sentidos, sendo ela uma *condição* para a cognição: ou seja, se não a tivéssemos, não seríamos capazes de conhecer os objetos do mundo pelos sentidos, e que, se de fato provada à existência dos mesmos, conhecemos antes suas *ideias* que seus *corpos*³. Descartes, portanto, compromete-se nesse momento em provar tão somente a necessidade da existência de um ser pensante que *perceba* as coisas sensíveis através de seu intelecto para que essas sejam conhecidas. Encontramos aqui, portanto, um primeiro indício, ou mesmo uma primeira formulação do dualismo cartesiano, que posteriormente será preciso reformulá-lo, dando uma nova caracterização na sexta meditação.

IMAGINAÇÃO

As sensações e emoções, conforme dito anteriormente, desempenham no ser humano papéis que relacionam tanto faculdades intelectuais como sensoriais do agente, tendo em vista que, por exemplo, diante uma situação de perigo o ser humano reage com impulsos físicos, seja suando frio, dilatando involuntariamente a pupila, com o aumento da frequência cardíaca etc. A imaginação, por sua vez, relaciona-se com os objetos sensíveis desempenhando o papel de ferramenta sensível, na medida em que possibilita o manuseio do nosso conhecimento prévio, dando origem a novas *imagens* em nossas mentes. Esse conhecimento que nos é fornecido pela imaginação não

é, no entanto, confiável. Já provada à superioridade cognitiva do intelecto sobre os sentidos, o conhecimento advindo da imaginação possui também certas limitações que o colocam em um nível inferior ao do conhecimento real, originado a partir do intelecto puro. O exemplo paradigmático que ilustra a imaginação e suas limitações é quiliógono, um polígono de mil lados, que pode ser facilmente compreendido através do intelecto, mas que é impossível de ser concebido pela imaginação. Quando imaginamos um triângulo, formam-se três linhas em nossas mentes quase que sem esforços (segundo Descartes, pela força e aplicação interior do espírito); no caso da figura de mil lados, podemos concebê-la racionalmente como tendo mil lados do mesmo modo em que concebemos os três lados do triângulo, mas não podemos imaginá-lo de igual forma. Ou seja, é impossível conceber a *imagem* dos mil lados em nossas mentes, senão de maneira confusa e de difícil reconhecimento, ainda que possamos compreendê-la facilmente segundo a nossa intelecção. A nossa capacidade imaginativa requer grandes esforços para desempenhar operações que o intelecto realizaria sem dificuldades, não sendo ela, portanto, de modo algum comparável à concepção pura.

Que, se quero pensar num quiliógono, concebo na verdade que é uma figura composta de mil lados tão facilmente quanto concebo que um triângulo é uma figura de três lados somente; mas não posso imaginar os mil lados de um quiliógono, como faço com os três de um triângulo, nem por assim dizer olhá-los como presentes com os olhos de meu espírito. (§2, segunda Meditação)

Por conta disso, Descartes estabelece que a diferença entre imaginação e a pura intelecção é de que a imaginação falha em nos fornecer conhecimento real do mundo, apenas enquanto *possibilidade*, não sendo ela de modo algum necessária à nossa natureza ou essência. Ou seja, a imaginação desempenha uma função cujo objetivo a nós humanos é o de deduzirmos, ou construirmos, novos conhecimentos a partir do que já tínhamos em mente, e por esse motivo, seu objeto, assim

como dos sonhos e das alucinações, não parece existir de fato no mundo. O problema surge, em última instância, pois a imaginação mantém um vínculo essencial com o mundo exterior, visto que o seu objeto origina-se na maioria das vezes da intelecção de um referencial externo, de um objeto sensível, pois sem essa referência não haveria sequer necessidade de uma faculdade como a da imaginação, uma vez provado com o argumento do pedaço de cera que o intelecto é superior aos sentidos⁴. Concluimos, portanto, que não pode haver imaginação sem faculdades sensíveis, o que nos leva a um impasse quando Descartes argumenta em favor da distinção real entre corpo e alma, a tese dualista.

DUALISMO E INCOMPATIBILIDADE

Duas são as formulações principais que compõe a teoria dualista do corpo e da alma em Descartes, e ambas são em favor da distinção real entre essas substâncias, cada uma baseando-se em princípios diferentes: uma no princípio da separabilidade, e a outra no da divisibilidade. Os dois envolvem, no entanto, uma problemática em comum a ser resolvida: “*não devem provar apenas que corpo e alma são distintos, mas, mais que isso, devem provar que quando unidos não formam uma única substância*”⁵. O dualismo, tal como primeiro apresentado nas segundas meditações, possui uma formulação insatisfatória, que exige uma reestruturação e aperfeiçoamento na sexta meditação, apoiando-se no argumento sobre as percepções intelectuais claras e distintas da essência da mente e da matéria. A primeira reformulação ampara-se sobretudo na conclusão de que o ser humano é *uma coisa pensante*, servindo de premissa para a prova de que “*o que sou, é inteiramente e verdadeiramente distinto de meu corpo*” (§17, sexta meditação). A conclusão da distinção real entre alma e corpo, tal como exposta acima, utiliza-se do princípio da separabilidade para inferir a distinção já anunciada no título da sexta meditação. Alguns parágrafos à frente, no entanto, antes de oferecer a segunda formulação

do dualismo sobre um princípio de divisibilidade, Descartes conceitualiza o ser humano como sendo uma nova substância, nem extensa e nem pensante, e sim um conjunto delas:

A natureza me ensina também por esses sentimentos de dor, de fome, de sede etc. que não estou somente alojado em meu corpo, assim como um piloto em seu navio, mas, além disso, que lhe sou estreitamente conjunto e tão confundido e misturado que componho como que um único todo com ele. Pois, se assim não fosse, quando meu corpo fosse ferido, nem por isso sentiria dor, eu, que sou apenas uma coisa que pensa, mas perceberia o ferimento apenas pelo entendimento, como um piloto percebe pela vista se algo se rompe em seu barco. (§24, sexta Meditação)

Ou, como o autor diz em uma nota ao parágrafo 24, da mesma meditação, *uma espécie de terceira substância, composta: o homem, que mais que uma simples junção, é na verdade uma “mistura” de pensamento e extensão*. Descartes, com a segunda formulação do dualismo, no parágrafo 33, propõe que a relação entre corpo e alma seja de natureza distinta, pelo fato das substâncias sensíveis serem espaciais, e, portanto, divisíveis, ao passo que a alma não possuiria esse aspecto extenso. Essa característica da espacialidade, em conjunto com a primeira formulação apresentada anteriormente, afeta diretamente a natureza de tais substâncias, de modo que não poderíamos concebê-las logicamente como algo unitário no ser humano, sendo elas essencialmente diversas.

Uma das conclusões extraídas da sexta meditação, a saber, a prova da distinção real entre corpo e alma, sobre a qual discorremos acima, expondo os argumentos e fundamentos que a sustentam, compõe o cerne a tese dualista da substância em Descartes. No entanto, o impasse ontológico com que a faculdade da imaginação deve lidar, uma vez ela não se moldando ao sistema dualista, já fora antecipado. O problema mente-corpo que origina-se dessa colisão conceitual, também fora notado e questionado enquanto Descartes ainda era vivo. A Princesa Elisabeth, uma das estudosas, por exemplo, dialogou diretamente com Descartes

através de cartas acerca das imprecisões e dúvidas surgidas das *Meditações*. O questionamento suscitado por Elisabeth, assim como por alguns outros comentadores da época, resume-se a: *afinial, se a mente é substância não-extensa, e a matéria, extensa, como ocorre a interação entre elas?* A questão permanece em aberto, sem resposta definitiva, ainda hoje, tanto pelos intérpretes e comentadores da obra, quanto às próprias respostas insatisfatórias de Descartes às objeções. As diversas tentativas de solução ao problema adotam posições diversas, por exemplo, em favor de Deus como mediador das relações entre corpo e mente, entre outras que chegam a utilizar-se de conceitos da filosofia de Espinosa e Leibniz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse com o qual guio o presente artigo surge de uma aparente incompatibilidade que os leitores amiúde se deparam ao ler as *Meditações Metafísicas*. No sistema cartesiano, o ser humano manifesta a origem de seu conhecimento através do intelecto, isto é, no pensamento. Ainda que

para inteligir sobre um corpo sensível seja necessário à existência do mesmo, o conhecimento só tem início a partir do momento em que o concebemos em nossas mentes, comprovado na segunda meditação com a célebre proposição: *eu sou, eu existo*. O *cogito*, portanto, investe um papel primordial na prova da fundamentação de nosso conhecimento, que, em consonância com confirmação da superioridade do intelecto sobre os sentidos, traçam as linhas gerais que sustentam a teoria do conhecimento das *Meditações*. A tarefa com a qual me ocupei foi de apresentar essa base teórica, para em seguida expor o que é conhecido como faculdade da imaginação – faculdade essa que, pelo fato de apresentar uma característica peculiar dentre as outras faculdades, a saber, a de interagir com corpo e alma, colide com uma outra tese cartesiana definitiva: o dualismo. A questão surgida desse conflito é notória na história da filosofia, sendo um dos grandes debates acerca da filosofia cartesiana, e, portanto, de grande relevância ser investigada.



NOTAS

1. O *cogito* cartesiano torna-se, posteriormente, o mais célebre paradigma de uma verdade contingente *a priori*, expressa na segunda meditação pela proposição ‘*eu penso, eu existo*’. Essa proposição é necessariamente verdadeira toda vez que alguém a profere ou a concebe em seu espírito. Descartes não está dizendo que a proposição do *cogito* é uma verdade necessária – para cada sujeito que pensa essa proposição, não há uma necessidade de que ele exista, mas sim que toda vez que seja proferida, necessariamente seja verdadeira. Sabemos disso *a priori*, e não precisamos de nenhuma evidência da qual se derive sua veracidade; no entanto saber *a priori* que essa proposição é verdadeira não é uma verdade necessária.
2. A paragrafação utilizada diz respeito à edição Martins Fontes, 2005.
3. *Comentário / questão*: como se efetua o conhecimento nos animais irracionais, uma vez que não possuem uma faculdade tal como a nossa capaz de inteligir as coisas do mundo? Mesmo Descartes reconhecendo que esses seres são capazes de sensações e emoções, essas faculdades iriam contra suas naturezas irracionais.
4. Deus e anjos, portanto, por serem intelectos puros, não teriam a necessidade e nem a possibilidade de faculdades como a imaginação.
5. Para uma análise mais aprofundada sobre essa questão, ver Ethel Rocha, 2017.

REFERÊNCIAS

CALEF, S. “Dualism and Mind”. Internet Encyclopedia of Philosophy. Available at: <http://www.iep.utm.edu/dualism/#H3>.

DESCARTES, R. "Oeuvres de Descartes". Ed. de Ch. Adam e P. Tannery. 12 vols. Paris: Léopold Cerf, 1897-1910.

DESCARTES, R. "Meditações Metafísicas". Editora Martins Fontes, 2005.

HATFIELD, G. "René Descartes". The Stanford Encyclopedia of Philosophy (2016), Edward N. Zalta (ed.). Available at: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2016/entries/descartes/>.

ROCHA, E. M. "Observações sobre a Sexta Meditação de Descartes". Cadernos de História e Filosofia da Ciência, [S.l.], v. 16, n. 1, feb. 2017. Disponível em: <https://www.cle.unicamp.br/eprints/index.php/cadernos/article/view/601>.

SEPPER, D. L. "Descartes's Imagination: Proportion, Images, and the Activity of Thinking". Berkeley: University of California Press, c1996. Available at: <http://ark.cdlib.org/ark:/13030/ft0d5n99fd/>.